

4

A Rede e seus “Nós”: dos Atores e do Ambiente Político

4.1

Um olhar sobre as estruturas

Este capítulo é destinado a uma discussão sobre o ambiente político da EA, lança-se um olhar sobre as estruturas formais da EA nas instâncias governamentais e na Rede Brasileira de Educação Ambiental a REBEA. Apresentam-se assim, os atores da EA, que serão analisados nas entrevistas e que foram determinantes para a consolidação institucional da EA brasileira.

É interessante notar a forte influência dos movimentos sociais ligados ao meio ambiente, e não especificamente a EA, em especial a militância ambientalista paulista, nas ações do governo federal para a EA. A partir da segunda metade da década de 1990 e acompanhando a evolução da internet¹, começaram a ser fomentadas as redes de EA que hoje se espalham pelo Brasil e têm também assumido diferentes perspectivas temáticas.

É importante destacar o impacto que a rede de computadores causou na articulação dos movimentos sociais relacionados a EA. As redes de EA foram fortemente impulsionadas pelas tecnologias da informação e as listas de email rapidamente passaram a ser incorporadas na prática da militância. Cartas abertas, emails para órgãos públicos e até destinados ao presidente da república, passaram a ser práticas frequentes no movimento ambientalista. Muitas destas listas e emails acabaram por surtir efeitos concretos, como recentemente no caso da mobilização da REBEA na ocasião da retirada da EA das estruturas formais do MEC pelo então Ministro da Educação Cristovão Buarque.

O fenômeno da internet permitiu a comunicação instantânea e a consolidação da sociedade de informação ou do conhecimento que segundo Sorj (2003):

¹ É muito importante destacar a participação da internet neste processo, a internet possibilitou o fomento das redes e uma articulação mais veloz entre educadores em todo o país. Alguns autores já apontaram a importância da internet neste processo, mas o pioneiro a apontá-la como ferramenta formidável a serviço da EA foi Pedrini (1998)

“A “Sociedade da Informação” é hoje a denominação mais usual para indicar o conjunto de impactos e conseqüências sociais das novas tecnologias da informação e da comunicação (telemática). Embora útil como conceito identificador de um tema, não constitui uma teoria ou um arcabouço explicativo da dinâmica das sociedades no mundo contemporâneo, e, em sentido estrito, é incorreto. Em primeiro lugar, porque em todas as sociedades a informação é relevante. Em segundo lugar, porque a informação por si mesma não tem valor algum; sua relevância depende de sua inserção num sistema de produção de conhecimento. Nesse sentido, o conceito, também bastante disseminado, de “sociedade do conhecimento” seria mais adequado. Mas aqui, novamente, estaríamos nos esquecendo de que todas as sociedades se fundam no conhecimento. Na prática, o conceito de “sociedade de conhecimento” refere-se a um certo tipo de conhecimento, o conhecimento científico, a partir do qual se desenvolve a capacidade de inovação tecnológica, principal motor da expansão econômica no mundo contemporâneo. Do ponto de vista sociológico, talvez fosse mais adequado falar de sociedades capitalistas de consumo de bens tecnológicos, isto é, sociedades em que a comunicação, a qualidade de vida e as relações econômicas e sociais são mediadas por artefatos tecnológicos (na forma de serviços e produtos) que incorporam conhecimento científico”.

(p.35)

Ou seja, é uma sociedade diferente, onde a informação circula de forma mais veloz, incessante, ininterrupta, e é determinante para designar papéis sociais e definir novos padrões e configurações sociais. É uma sociedade em que para estar incluído é preciso estar informado. O cidadão é aquele que possui email, o email é um status de cidadania (Sorj, 2003). Este é um dos elementos que estarão presentes no seio das redes catalisando e criando as mesmas. Para estar em rede é necessário estar acessível, acessar e ser acessado. Com a perspectiva da internet e da comunicação através do email, ou em tempo real, através de softwares especializados neste processo, de baixíssimo custo, velozes, imediatos e eficazes,

a comunicação passou a ser mais intensa. No entanto Sorj (op.cit) nos lembra que:

“O caráter interativo e aberto da Internet levou muitos autores a pensá-la como a fonte de um novo paradigma de organização social, no qual a categoria central seria o da rede social, entendida como sistema de comunicação multiforme, formado por diferentes nódulos interconectados de forma fluida e em constante mutação, em que cada ator social participa de diferentes redes, nas quais cada um depende do outro, dentro de relações que podem ser assimétricas e/ou hierárquicas, mas nas quais todas as partes seriam interdependentes sem um centro definido. A rede subverteria as estruturas sociais do capitalismo industrial, com suas organizações e hierarquias rígidas, sistemas de comunicação vertical e centros de poder definidos.” (p.54)

Tais redes estão sendo consolidadas em eventos nacionais e regionais fortalecendo e legitimando a REBEA², que pode ser considerada a rede das redes (Amaral 2006). Esta organização social pode ser vista como um elemento da sociedade civil que estabelece um ponto de contato com as estruturas governamentais.

A REBEA tem começado a ser alvo de estudos acadêmicos como por exemplo os trabalhos de Lima(2006), Amaral (2006), Tamaio (2007), Labrea (inedito),entre outros. Como movimento social, tem inspirado diversos países, sobretudo sul-americanos na mesma forma de trabalho, inclusive em outras áreas além da EA (Carvalho, 2002) entre outros.

Amaral (2006) ao descrever sua experiência na secretaria executiva da REBEA, relata a importância dada aos eventos de EA ,como importantes momentos de trocas entre educadores, ao mesmo tempo em que são espaços de consolidação da REBEA. No capítulo de redes, abordaremos com maior aprofundamento este ponto.

Já no âmbito governamental, a consolidação institucional da EA, é fruto de

² Para maiores informações www.rebea.org.br. No site, o leitor poderá se cadastrar para receber os informativos da REBEA que hoje está consolidada como o mais importante e legítimo fórum de debates em EA no país.

movimentos entre diferentes esferas de governo e diferentes ministérios. Cabe destacar que a articulação interministerial é resultado do trabalho de cooperação entre a Coordenação de Educação Ambiental (COEA) do MEC e a Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do MMA que passaram a trabalhar em parceria com o objetivo de expandir e executar políticas de EA com alcance nacional. Esta parceria permitiu que as ações, antes isoladas, pudessem ser tomadas em conjunto otimizando gastos e permitindo maior eficácia na consolidação da EA nacional.

Atendendo a legislação em vigor, podemos dizer que o país conta com um importante aliado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que já é fruto de integração interministerial, entre MEC e MMA. Em Abril de 2004, durante o III Encontro Nacional de Educação Ambiental realizado em Goiânia, foi produzida uma Carta que hoje é uma das mais importantes referências para políticas de EA. Nela o ProNEA é reavaliado, tendo sido definido como um Programa cuja finalidade seja orientar e informar sobre as políticas de EA desenvolvidas pelo governo federal e com diretrizes para que as outras esferas de governo possam implementar as suas respectivas propostas. Neste documento, conhecido como Compromisso de Goiânia podemos ler o posicionamento dos técnicos ministeriais e integrantes de entes oficiais onde se comprometem na implementação do ProNEA e da Política Nacional de Educação Ambiental e definem as áreas estratégicas de atuação que vão desde a abrangência política e institucional, comunicação, formação, financiamento a eventos. (Anexo 1)

É com base neste debate que iremos a partir de agora nos aprofundar um pouco sobre as estruturas políticas já instituídas para a EA no Brasil, ou seja, iremos analisar a inserção institucional da EA na estrutura do governo federal.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que instituída pela Lei 9795/99, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e a Coordenadoria-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC) formam o Órgão Gestor da PNEA (OG-PNEA).

Os dois órgãos têm a atribuição legal de formular e implementar políticas de EA em âmbito federal, nos marcos legais da PNEA, e em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Esse sistema de políticas públicas em EA, no âmbito federal, pode ser visualizado abaixo:

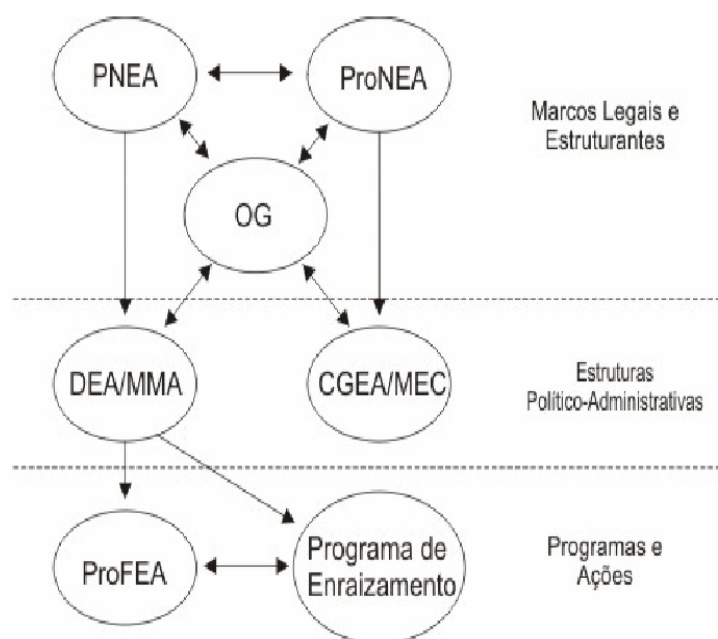


Figura 1 – Representação gráfica das relações da estrutura do sistema de políticas públicas de EA, na esfera federal. (adaptado de Tamaio 2007).

Já a estrutura da REBEA é mais simplificada. Existe uma secretaria executiva que é eleita nos Fóruns de EA, podem se candidatar os interessados. Os mandatos são de dois anos podendo estender-se. A secretaria tem como função organizar e manter viva a rede. Para tal tarefa são designados facilitadores nacionais que auxiliam no processo de vincular a rede as demais redes de EA temáticas ou existentes nas regiões e de manter a REBEA operante, motivando debates e fomentando discussões.

Esta, no entanto, é a última versão da formatação da rede, que está em constante mudança e movimento, de forma que estas estruturas mais formais estão sempre passando por alterações. A cada encontro de educadores e de facilitadores da rede há sugestões e inovações. O que é interessante notar é a tentativa de criar instâncias participativas horizontais não – hierárquicas como explica (Amaral 2006).

4.2

Contexto Histórico das Políticas de Educação Ambiental.

Como já abordamos em outros momentos, a EA vem sendo definida, muitas vezes, como uma modalidade educativa de caráter interventivo, atenta às realidades socioambientais. Para muitos sua definição é complexa e difícil, tal como podemos notar nas palavras a seguir encontradas no site da ONG ECOAR de São Paulo uma das mais importantes e ativas organizações não governamentais que dedicam-se a EA:

“O conceito de Educação Ambiental é complexo, abstrato e dificilmente compartilhado, porque não está abrangentemente explicitado. Pode ser vista como uma forma de intervenção na problemática ambiental mediada por projetos definidores de programas educativos.” (<http://www.ecoar.org.br>)

Mas há um ponto em comum nas diferentes conceituações de EA que podemos recolher entre os diferentes autores, o caráter ético e fortemente político da EA, que busca uma revisão de valores sociais e a construção de uma sociedade sustentável. Ainda lembrando a ONG ECOAR:

“A Educação Ambiental envolve-se na formação das pessoas na busca da utopia que significa a oportunidade de reinvenção do compromisso com a emancipação”.

O educador ambiental deve estar imbuído de uma intencionalidade emancipatória e manter-se fiel a um compromisso filosófico com enfoque transformador no que se refere à relação dos seres humanos com a natureza.

A Educação Ambiental é um processo continuado, permanente, com estratégias específicas desenvolvidas pelos seus participantes, incluindo a de sobrevivência econômica, comunitariamente articulada. Assim, o bairro, a microbacia, o ambiente urbano articulam a rede de cidadania, base do desenvolvimento sustentável.

A prática da Educação Ambiental deve objetivar e ser perpassada pela intencionalidade de promoção e pelo incentivo ao desenvolvimento de conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos e habilidades que contribuam para a sobrevivência - a nossa e de todas as espécies e sistemas naturais do planeta-, a participação e a emancipação humana.

Pensar em educação ambiental traz à mente três idéias: paixão, resistência e atitude.” (<http://www.ecoar.org.br>)

É notável a perspectiva ético-política da EA, talvez por isso, muitos a considerem um novo paradigma para a educação (Vasconcellos, 1998). Felizmente, esta prática tem sido cada vez mais difundida. É claro o espalhamento de ações de EA pelo país e pelo mundo. No caso particular do Brasil esta difusão tem sido analisada por uma série de diagnósticos da situação da EA nacional. No site da REBEA (www.rebea.org.br) pode-se consultar um recente diagnóstico aberto da situação da EA nacional.

Uma definição mais madura publicada recentemente em Loureiro (2004):

“Educação Ambiental integra propostas educativas oriundas de concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas, sendo reconhecida publicamente, no Brasil, como de inegável relevância para a construção de uma perspectiva ambientalista de mundo e de sociedade. Tal fato é relativamente simples de compreender quando a pensamos como uma práxis educativa que se constitui no próprio processo de atuação, nas diferentes esferas da vida, das forças sociais identificadas com a “questão ambiental”. Estas, em suas múltiplas tendências, nas últimas três décadas, procuram materializar ações distintas e por vezes antagônicas, almejando alcançar patamares societários construídos por meio de caminhos vistos como sustentáveis, requalificando a compreensão e o modo de nos relacionarmos na natureza.” (p.1474)

Outros importantes estudos podem ser encontrados em CRESPO e LEITÃO, (1992) e CRESPO et all (1994) entre outros a partir de análises seriais que vem mostrando o gradativo aumento da percepção dos problemas ambientais nos diferentes setores da sociedade nacional. Em seus trabalhos sobre “O que o Brasileiro pensa sobre ecologia e sustentabilidade” os autores têm encontrado vários indícios que deixam explícito o aumento da sensibilidade da população brasileira à questões ambientais. Ao nosso ver, esta propagação de idéias sobre a preservação ambiental teve grande colaboração da mídia que vêm cobrindo e dando destaque cada vez maior aos eventos e atividades voltadas para a questão ambiental (não apenas no país, mas também no mundo).

No caso brasileiro é importante notar que a partir de um série de ações que começaram nos movimentos sociais e depois conseguiram inserção no âmbito governamental. O mesmo itinerário percorreu a EA internacional que começou pulando na sociedade civil.

No entanto, as observações de Loureiro (2002) são importantes para analisar o contexto em que vem se dando o espraio da EA, por o autor é importante notar que:

“podemos afirmar que a simples percepção e sensibilização para a problemática ambiental e o incremento de competência técnica, voltada para sua resolução, não expressam aumento qualitativo da consciência e do exercício da cidadania ecológica. Esse fator depende de processos coletivos de apropriação simbólica do significado da questão ambiental para a sociedade por meio de procedimentos educacionais e culturais, e da construção de bases materiais que permitam sua concretização, pela ação democrática no Estado- Nação, o que evidencia a relevância da ação de atores individuais e coletivos nos movimentos sociais e por meio da Educação Ambiental” (p.92).

Aqui o autor deixa claro o papel e o projeto político da EA, evidenciando também a sua importância na consolidação de um estado democrático. Desta forma, a experiência das redes de EA, em especial a REBEA, tal qual se apresenta, em seu formato, pode ser visto como um ensaio recente e inovador de

articulação social do movimento ambientalista, trazendo possíveis novas modalidades de articulações governamentais que interferem no fortalecimento e na construção coletiva de políticas públicas com uma significativa participação popular, experiência sem precedentes nas políticas públicas nacionais e em estados democráticos latino – americanos.

No entanto, cabe notar que em âmbito internacional desde a década de setenta, mais especificamente, após a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, promovida pela UNESCO e pelo PNUMA em 1977, em Tbilisi que a EA vem se entranhando nos mais diferentes segmentos sociais e conseguiu embrenhar-se em diferentes comunidade de atores sociais.

No Brasil a consolidação da EA possui um marco importante datado no final dos anos 90, como um discurso político que se consolida na forma da Lei no. 9795 de 27 de abril de 1999, conforme analisaram Trajber e Costa, (2001). Pode-se dizer que a EA no Brasil refletiu um processo internacional de valorização dessa práxis como ação de Estado.

O processo que podemos denominar de “legalização – institucionalização”, tanto em âmbito internacional quanto nacional, no entanto, não trouxe consensos, muito pelo contrário, acirrou o debate em torno da necessidade de se buscar uma mesma linguagem conceitual no que tange a definição e a prática da Educação Ambiental em si. Vários autores transeuntes do tema se depararam com a fácil confusão conceitual que ronda o campo (Layragues, 1998, 1999; Pedrini, 1998; Brugger, 1998; Loureiro, 2000, 2004; Sánchez, 2001).

Intensas discussões vem sendo travadas em redes, (cada vez mais numerosas), de debate sobre o assunto, seja na internet ou em fóruns, seminários e encontros, explicitando a necessidade de tratar-se do tema sobretudo no que diz respeito à importância de se buscar uma análise panorâmica da EA no Brasil e de suas tendências e práticas, em especial no setor governamental onde se encontra a maior carência de materiais e de discussões.

Organizamos nosso trabalho com uma breve panorâmica histórica e depois tecemos comentários sobre os atores e disputas no seio da prática de um grupo que está se consolidando a cada dia, os “educadores ambientais”.

Aproveitando o debate cabe citar o importante educador ambiental Marcos Sorrentino atual diretor da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente comentando algumas características fundamentais dos educadores ambientais para ele:

“é preciso que os educadores ambientais falem o que pensam a respeito do tema, como forma de colaborar para o debate que influencie políticas públicas que respondam às necessidades dos que trabalham, pensam e fazem educação ambiental no Brasil. A minha intenção, neste artigo, é contribuir para esse diálogo.”

O autor prossegue:

“Em 1992, fundamentado no que foi vivenciado durante o Segundo Fórum de Educação Ambiental e no processo de elaboração junto ao Fórum Brasileiro de Ong’s, do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, e ainda, no apoio de pouco mais de uma dezena de educadores ambientais de todas as regiões do país, pude afirmar que havia uma grande riqueza de diversidade de ações educacionais voltadas à questão ecológica/ambiental, animadas por distintos atores, destacando-se entre eles as iniciativas de associações de cidadãos, professores e indivíduos isolados.

Hoje, posso dizer que ampliaram-se e diversificaram-se os proponentes de iniciativas na área. Mais e mais órgãos públicos, municipais, estaduais, federais e internacionais iniciaram seus programas de educação ambiental. Empresas e escolas criaram setores e/ou passaram a apoiar projetos educacionais voltados à temática, surgiram organizações não governamentais com o objetivo principal relacionado à educação ambiental e outras mais antigas passaram a desenvolver projetos na área. E, aparentemente, multiplicaram-se as iniciativas de indivíduos isolados, professores, profissionais de diversas áreas e cidadãos, sensibilizados pela

questão ambiental. Isto pode ser detectado nos projetos encaminhados para obtenção de financiamento e parcerias; na determinação de bancos internacionais de disponibilizar recursos para obras mediante a existência de projetos de educação ambiental, nos eventos, publicações e trabalhos acadêmicos na área, no acompanhamento das atividades da Rede Brasileira de Educação Ambiental, durante os encontros prévios ao IV Fórum, quando, centenas de pessoas participaram apresentando trabalhos e manifestando sua intenção de cooperar na formação de redes estaduais voltadas ao fortalecimento das educações ambientais que se realizam no país.”³

4.3

Os Atores e as tensões no campo

No que concerne a questão ambiental, é necessário também destacar como esta se moldou, enquanto um discurso hoje incorporado por diferentes atores sociais. Neste sentido, as pesquisas de Crespo e Leitão (1993), Crespo (1999, 2001 e 2003) em seus estudos seriais sobre “O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente, ecologia e desenvolvimento” e Leis (1992) em seu estudo sobre a dispersão setorial do discurso ambientalista, tornam-se pontos importantes.

Leis (op.cit) aborda a evolução multissetorial do pensamento ambientalista, destacando as mudanças temporais em setores sociais distintos que para este autor, passam a incorporar a perspectiva ambiental. Para os autores citados, durante as últimas décadas, o ambientalismo, enquanto uma prática discursiva, foi ganhando adeptos novos e assim, ampliando sua abrangência entre os diferentes segmentos sociais. Portanto seria possível traçar a seguinte linha : década de 50 os cientistas são os principais atores sociais a alardear a problemática ambiental; nos anos 60 a contracultura volta-se para o ambientalismo; nos anos 70 são os políticos; os empresários envolvem-se na

³ (disponível em <http://www.pr.gov.br/meioambiente>, consultado em 13/03/07)

década seguinte e a mídia, nos anos 90.

Assim, simplificando a ideia é que o pensamento ambientalista vai se espalhando saindo de um ambiente mais restrito para o mais amplo, começando pela ciência, passando para a contracultura que é uma militância de minorias, para um conteúdo político mais abrangente e coletivo, em seguida para o empresarial ligado ao capital que permeia a sociedade como um todo e à frente pela mídia que é a cultura de massa.

Assim, admite-se uma crença de que o ambientalismo “evolui” entre os segmentos sociais e estimula-se a previsão de quem serão os próximos segmentos sociais que estarão presentes no ambientalismo, como se a sociedade fosse de fato segmentada e fragmentada em setores sociais imóveis, o que na prática parece não ocorrer. Há uma grande variedade de discursos sobre EA, como já anunciavam as pesquisas de Layrargues, (1995 e 1999) e Muniz (1999), entre outras, o que demonstra que trata-se de um discurso ainda em construção e que possui a capacidade de incorporar elementos contemporâneos realizando assim, metamorfoses que o adequem a cada época e situação. Este fato foi retratado por Layrargues (1995, 1999) ao estudar a incorporação pelos empresários da questão ambiental.

Tais observações são relevantes no interesse desta investigação que acredita que, no contexto de suas análises, será possível analisar prováveis quadros de projeções de tendências da EA nacional. Acredita-se neste ponto, pois, uma vez que as práticas nem sempre se afinam com os discursos, como é o caso das ações governamentais brasileiras concentradas no MMA e sobretudo no MEC conforme afirma Saito (2002). Para esta autora é mister analisar as práticas governamentais para que possamos ter ideias dos rumos que esta prática educativa adota no país.

Estas várias “faces e formas” que a EA assume, têm sido assunto amplamente discutido por vários pesquisadores, tais como Sorrentino (1998), Sánchez e Mousinho (1995), Reigota (1994 e 1998), Pedrini (1998), entre outros, que se debruçaram sobre uma análise de suas diferentes feições e tendências. Sorrentino (op.cit) expressa a diversidade de orientações que guiam as distintas práticas de EA. Para o autor, estaríamos vivenciando um quadro de divergências conceituais que seriam produtoras de várias “educações ambientais” distintas entre si. Reigota (1995) corrobora esta observação e salienta que estas variações

ocorrem também entre os distintos países, sendo que para a América Latina há uma versão característica.

Outro aspecto da problemática da EA é o fato de que suas ações práticas em geral vêm imersas em uma certa confusão de conteúdo a ser abordado, conforme nos mostra Krasilshik (1997). Para a autora, a EA foi incorporada ao ensino de Ciências, mas o contrário também sucedeu. Em seu estudo sobre a evolução do ensino de Ciências e Biologia no Brasil, ela demonstra que a questão ambiental passou a ser um eixo temático destas disciplinas, pois ambas acompanhavam as transformações da sociedade mundial que nos anos 80 começava a alertar-se sobre a crise energética e ecológica. A autora comenta:

“As agressões ao ambiente, decorrentes do desenvolvimento industrial desenfreado, resultaram em contrapartida, no recrudescimento do interesse pela educação ambiental e na agregação de mais um grande objetivo ao ensino de Ciências: o de fazer com que os alunos discutissem também as implicações sociais do desenvolvimento científico. Este objetivo passou a constituir a nova ênfase dos projetos curriculares, evidenciando a influência dos problemas sociais que exacerbaram na década de 70 e determinaram um novo momento na expansão das metas do ensino de Ciências” (p.17).

Do ponto de vista do ensino de Ciências e Biologia, a Educação Ambiental foi vista neste período como um importante divisor de águas, obrigando os professores a reverem os seus objetivos principais, que eram de introduzir uma formação científica básica. Com todos os questionamentos da época, final dos anos 70 e toda a década de 80, o surgimento da Educação Ambiental passa a ser tema fundamental, tornando-se um conteúdo e uma meta que deviam ser incluídos na programação do currículo obrigatório. No entanto esta nova modalidade, apresentava uma abordagem diferente: visava interpretar e discutir o conhecimento científico e questionava uma formação exclusivamente científica, preocupando-se muito mais com a resolução de problemas ambientais concretos e inserindo uma dimensão política no ensino de Ciências. A meu ver, esta politização do ensino de Ciências e Biologia é um dos logros iniciais da Educação

Ambiental.

Por outro lado, a Educação Ambiental surge e se insere num contexto mundial de transformações. O Brasil da década de 80 passava pela chamada transição democrática e várias reformas estavam sendo propostas pela ditadura que não conseguia mais sustentar-se. A reforma educacional desta época é muito bem explicada por Krasilchik (op.cit) que evidencia as mudanças nos objetivos e metas do ensino de Ciências e Biologia. O quadro a seguir identifica tais transformações. Incluímos no quadro onde e como a Educação Ambiental se insere:

Situação Mundial	Guerra fria 1950	Crise Energética 1960	Problemas Ambientais 1970	Competição Tecnológica 1980	Globalização 1990
Situação Brasileira	Industrialização do país e crescimento urbano/ ditadura		Ditadura	Transição democrática	Neoliberalismo terceiro setor
Objetivos do ensino de 1º e 2º graus	Formar a elite	Formar o cidadão	Preparar trabalhador	Formar cidadão trabalhador	Formar trabalhador e cidadão crítico
Principais Influências no ensino	Escola Nova	Comportamentalismo	Comportamentalismos mais cognitivismo	Cognitivismo	Cognitivismo Construtivismo
Objetivos da Renovação do ensino de Ciências	Transmitir informações atualizadas	Vivenciar o método científico	Pensar lógica e criticamente identificar as transformações ambientais	Analisar as implicações sociais do desenvolvimento científico e tecnológico	Acompanhar as transformações tecno-científicas dominar as ferramentas da globalização (internet), saber manipular as informações
Metodologia Recomendada Predominante	Laboratório	Laboratório e discussões de pesquisa	Jogos e simulações. Resolução de problemas		laboratório, informática, debates e resolução de problemas locais e concretos
Discurso Ambientalista	Basicamente científico naturalístico, alerta sobre a poluição ambiental, engajamento de cientistas	Inclusão de questões sociais, de gênero e políticas, engajamento dos movimentos sociais	Surgimento das primeiras políticas de gestão ambiental Engajamento de governos e políticos	Meio ambiente como variável de mercado, selos verdes e marketing ecológico Engajamento empresários	Meio ambiente como variável do mercado globalizado, informação ambiental para a gestão ambiental comunitária e participativa, engajamento dos meios de massa

Educação Ambiental	Ainda não se usava o termo. O que se fazia era próximo do conteúdo científico sobre ecologia, falava-se de ética ambiental	Final dos anos 60 é cunhado o termo e passa a ser considerada solução estratégica para a crise ecológica	não é aceita pelo Brasil e em boa parte da América Latina, devido a política desenvolvimentista. Foi definida como uma dimensão do conteúdo e da prática da educação, orientada para resolução de problemas do meio através da interdisciplinaridade e da participação comunitária	Passa a ser item da constituição do Brasil é dever do estado promover a educação ambiental em todos os níveis	Entra em vigor a Lei federal de Educação Ambiental, obrigando o estado a instituir a política e o programa nacionais e regionais de Educação Ambiental
Principais Conferências Internacionais onde se definiram conceitos e objetivos		Estocolmo 1968	Tbilisi 1977	Moscou 1987	Rio de Janeiro 1992 Thessalonik 1998

Quadro 3.1 Adaptado de Krasilchik (1987).

Enfim, uma das tendências da Educação Ambiental, são as suas raízes e meandros que desenha por entre os parâmetros curriculares de Ciências e Biologia, buscando ora uma inserção disciplinar, ora uma inserção transversal. Acredito que esta ambigüidade venha a se desenvolver e acentuar-se até que se possam diferenciar estas áreas híbridas, tanto na teoria como nas práticas de ensino, sobretudo o formal.

Aliás ao realizarmos uma análise das práticas de Educação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro (cf. Sánchez et alli, 1995), constatamos já naquele período, uma forte tendência neste sentido. As práticas de Educação Ambiental no ensino de Ciências, foram detectadas pelos autores como algumas das principais áreas de atuação dos educadores ambientais fluminenses. Ainda neste estudo, identificamos ao todo onze áreas distintas de atuação, ao que preferimos chamar de “quadro de projeções de tendências”. Estas áreas eram as seguintes: trabalhos analítico – reflexivos, referentes a ensaios teóricos e discussões conceituais, de comunicação ambiental, relativos a atividades vinculadas a jornais, revistas, rádio ou televisão, ecoturismo, ensino de ciências, programas internos em escolas, formação e capacitação de educadores, produção de material didático, propostas metodológicas, sensibilização ecológica realizada por ONGs, sensibilização ecológica realizada por órgãos públicos, subsídios para

a gestão participativa. Além de um mapeamento destas áreas os autores estudaram os principais procedimentos adotados e os públicos – alvo das propostas em Educação Ambiental.

Identificou-se na ocasião que a Educação Ambiental era uma área em crescente desenvolvimento teórico – metodológico, preocupada em capacitar seu educadores e produzindo material para ser aplicado em projetos, sobretudo, direcionados a universidades. Três áreas chamaram atenção como tendências: a Educação Ambiental e o Ecoturismo, a Gestão Ambiental e a Educação Ambiental em meios de comunicação.

Crespo (1999 apud Muniz, 1999) estudou as principais tendências da Educação Ambiental, sistematizando-as e organizando-as segundo os critérios de enfoque, abordagem e correntes de pensamento. Para a autora os enfoques podem ser dados tanto aos problemas globais ou planetários, como em problemas locais. Os primeiros remetem a uma responsabilidade global dos países, grupos e indivíduos, já os segundos, às responsabilidades destes atores sobre problemas locais que afetam comunidades.

No que concerne a abordagem, podem ser destacadas as conservacionistas, onde são levadas em consideração os impactos humanos sobre a natureza, e as socioambientais, onde os conteúdos abordados destacam o entendimento da relação sociedade natureza e a busca da sustentabilidade.

Já as correntes de pensamento na Educação Ambiental diferenciam-se em comportamentalista, onde são privilegiados resultados mais imediatos não provocando uma discussão mais aprofundada. Neste caso, a Educação Ambiental funciona como um indutor da mudança de comportamento, e está baseada em uma racionalidade tecno-científica como capaz de gerar mudanças de comportamento. Para Muniz (1999) este tipo está mais presente em escolas e projetos governamentais.

A segunda corrente de pensamento é o ambientalismo ideológico ou ecologismo e segundo Muniz (op.cit), é aquela que:

“Tem por objetivo mudanças profundas na visão de mundo, assumindo a Educação Ambiental como uma nova matriz para a educação. Educação política ou orientada para uma nova sensibilidade se liga a idéia de pensamento sistêmico ou holístico, não privilegiando a razão. Tem como meta a construção de uma nova sociedade baseada em novos valores, transformando a relação

do homem com o meio ambiente” (p.89).

Muniz utilizou este quadro de projeção de tendências para analisar as diferentes concepções sobre meio ambiente e seus significados na Educação Ambiental, e através de leituras de conferências, cartilhas e documentos oficiais, e utilizando-se do referencial teórico das representações sociais, elaborou um rico trabalho sobre os principais eixos da Educação Ambiental. Para a autora:

“Observa-se ainda ser a Educação Ambiental constituída por dois aspectos: um **instrumental** relacionado às informações e conhecimentos necessários à compreensão da questão ambiental; outro **ético e político**, relacionado à transformação social, através de uma mudança de atitudes orientada por um novo conjunto de valores sociais.” (p.121).

Enfim pode-se dizer que há diferentes quadros de tendências que englobam as várias faces da Educação Ambiental, ou talvez estejamos diante de diferentes “educações ambientais”, como já sugeria Sorrentino (op.cit). Para Pedrini (1998), que tem sido um importante crítico desta modalidade educativa, o quadro de confusão conceitual sobre o tema talvez seja uma possível explicação para estas distinções. O autor ainda comenta a falta de apoio governamental, que pode ser um dos fatores para tal conflito. Em seu artigo, escrito em conjunto com Joel de Paula (Pedrini, op.cit), os autores abordam criticamente a questão da seguinte forma:

“ A Educação Ambiental brasileira ainda transita sem objetivos e métodos de ação e avaliação claramente definidos por muitos de seus praticantes. A base conceitual da educação ambiental tem sido muito abordada em paralelo à sua prática pelos próprios educadores ambientais, face ao caráter interdisciplinar da área” (p.89).

A constatação dos autores sobre a falta de discussões sobre as metodologias de ação e avaliação tem sido corroborada por vários autores como os já acima citados, podendo estar indicando que é uma área ainda em fase de experimentação.

No entanto, tal como definida nas conferências internacionais, esta atividade educativa destina-se a ser uma forma de educação onde ocorrem processos específicos e distintos com objetivos, finalidades, estratégias e

conteúdos específicos, características particulares que a revelam como uma educação de caráter ativo, pragmático, permanente e geral, de forma a promover uma (re)ação na sociedade. Num dos momentos ela já chegou a ser conclamada da seguinte forma:

“Essa educação deve preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhoria da qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos” (Dias, op.cit p.68).

Assim, a Educação Ambiental desponta, para muitos, como um novo paradigma da Educação, ou até mesmo como a nova forma de Educação contemporaneizada ao século XXI e, sendo assim, como uma educação mais adequada as novas demandas que são do domínio sócioambiental (Vasconcellos, 1998).

Acredito que um de seus desafios, e talvez o que mais contribua para o conflito conceitual, seja o de ter que conjugar no bojo de sua prática, ao mesmo tempo, duas vozes bastante distintas - a primeira, marcada por um discurso renovador, revolucionário, transformador, utilizando-se para justificá-lo de palavras-chave do imaginário contemporâneo, como interdisciplinaridade, complexidade, participação comunitária, qualidade de vida, sustentabilidade; e uma sua segunda voz, também bastante presente, que é calcada num discurso conservador, retrógrado e de certa forma saudosista, onde as palavras-chave serão outras tais como conservação, preservação, tradição e patrimônio.

É justamente a partir das contradições inerentes à idéia de educação e, sobretudo, de Educação Ambiental, que neste momento pretendemos traçar algumas considerações sobre esta prática educativa no que diz respeito a sua inserção prática e de seu discurso perante a sociedade. A seguir traçaremos algumas considerações que nos parecem pertinentes para esboçar nosso quadro teórico que permitirá uma análise das diferentes concepções dos educadores

ambientais sobre as suas práticas. A abordagem aqui pretendida é a da análise da voz social da educação ambiental, não do ponto de vista de seu discurso, mas sim da perspectiva do locus social de onde se pronuncia a sua voz, portanto de uma análise da “instituição educação ambiental”, que teve que se institucionalizar para consolidar seus discursos, entendendo-se que através do processo de institucionalização se logram espaços sociais e assim, se reafirmam vozes com domínio social.

Numa experiência anterior, podemos destacar o importante trabalho realizado por Crespo (1999 apud Muniz, 1999) que estudou as principais linhas de ação da EA, sistematizando-as e organizando-as segundo os critérios de enfoque, abordagem e correntes de pensamento. Para a autora os enfoques podem ser dados tanto aos problemas globais ou planetários, ou em problemas locais. Os primeiros remetem a uma responsabilidade global dos países, grupos e indivíduos, já os segundos, às responsabilidades destes atores sobre problemas locais que afetam comunidades. Ainda que este trabalho não fale de tendências nem faça análise de práticas, a autora lança interessantes hipóteses sobre eixos temáticos norteadores da EA.

É justamente a partir das contradições inerentes à idéia de educação e, sobretudo, de EA, que neste momento pretendemos traçar algumas análises e contribuições sobre o quadro de tendências desta prática educativa no que diz respeito a sua inserção prática, de suas ações, especialmente as oficiais levadas a cabo pelo governo através do MMA e do MEC. A abordagem aqui pretendida é a da análise das práticas e das ações da EA no âmbito governamental, uma vez que no mestrado, analisamos o contexto representacional e os discursos de seus educadores no âmbito não governamental, assim partimos de uma visão da teoria para a percepção da prática, não do ponto de vista de seu universo representacional, mas sim, de uma análise da perspectiva prática, residente no locus oficial de onde se pronuncia uma voz institucionalizada. Portanto, trata-se de uma análise da “instituição Educação Ambiental”, conforme já discutimos em outra ocasião, Sánchez et al, 1996 e Sánchez e Pedrini, 2007) que teve que se legalizar para consolidar seus discursos, entendendo-se que através do processo de institucionalização se logram espaços sociais e assim, se reafirmam vozes com domínio social amplo e oficial.

Atualmente a organização e a legitimidade das ações da EA brasileira estão a cargo de duas importantes estruturas que dão sentido e orientam as práticas educativas: a REBEA, rede brasileira de educação ambiental, que surgida no seio dos movimentos populares e ambientalistas e consolidou-se como a principal articuladora, como a principal voz em contato com o Estado que é representado pela DEA, a divisão de educação ambiental do ministério do meio ambiente em articulação com o Mec e que representa a outra grande estrutura modeladora e orientadora da EA nacional. Estas duas instâncias, estes dois grandes atores sociais, aparentemente, tem cooperado, ao contrário do que acontece normalmente entre Estado e Sociedade. O maior exemplo desta articulação tem sido o apoio governamental aos eventos e projetos propostos pela REBEA.

No entanto, ao mesmo tempo em que vemos a aproximação governamental e um processo consistente de legalização e regulamentação da EA tanto ao nível federal quanto nas esferas municipais, ainda não há consensos no que se refere ao que seja a EA e sua ação efetiva na sociedade, muito pelo contrário, acirraram-se debates em torno da necessidade de se buscar uma mesma linguagem conceitual no que tange a definição e a prática da EA em si. (Layragues, 1995, 1998b; Pedrini, 1998; Brugger, 1994 e 1998; Loureiro, 2000, Vasconcellos, 1998). Tal fato tem gerado intensas discussões, travadas em redes, tanto da REBEA quanto de outras redes que propõe aquecidos debates sobre este e outros assuntos, correlatos usando a internet e eventos como, fóruns, seminários e encontros que evidenciam a necessidade de se buscar uma análise panorâmica da EA no Brasil e de suas tendências e práticas, em especial no setor governamental onde encontra-se a maior carência de materiais e de discussões.